

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

EDUCAÇÃO

Prefeituras rejeitam municipalização do ensino

Administradores dizem que mudança nos critérios de distribuição de recursos prejudica cidades

GABRIELA ATHIAS

Quando enviou à última Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Assembléia Legislativa, o governador Mário Covas deixou claro na mensagem o que esperava das prefeituras: 100% de adesão à municipalização do ensino fundamental. As vésperas do 42.º Congresso Estadual de Municípios, que começa amanhã, na Praia Grande, na Baixada Santista, o governador não tem muito o que comemorar. Apenas 7% dos alunos matriculados na rede pública estadual (350 mil) migraram, em 1997, para a rede municipal.

Os prefeitos ouvidos pelo Estado são claros: a municipalização da educação implica prejuízo para os cofres municipais. "Sou municipalista por excelência, mas a prefeitura precisa de recursos e possibilidades", argumenta Gilson Menezes (PSB), prefeito de Diadema. O prejuízo, citado por Menezes, tem um nome: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (Fumdef), mais conhecido como fundão, que este ano movimentará R\$ 4 bilhões em São Paulo.

O Fumdef, criado no dia 1.º de janeiro, representa 15% da somatória dos principais tributos, incluindo os repasses constitucionais: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – ou Fundo de Participação do Estado (FPE) no caso dos Estados – e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A verba do Fumdef é retida na fonte e creditada em uma conta única. A maioria dos municípios participa com muito mais do que recebe.

Empecilho – A diferença – para menos – entre a contribuição do município e o retorno do fundo reflete ao mesmo tempo o estímulo e o empecilho causados pelo Fumdef. Como o fundo foi criado para incentivar a municipalização, os repasses são proporcionais à

quantidade de alunos matriculados na rede municipal. Ou seja, as prefeituras que não mantêm rede fundamental contribuem, mas nada recebem. Prefeitos que embarcaram na municipalização dizem que os recursos são insuficientes para financiar escolas até então estaduais sem perder a qualidade. O Fumdef é conside-

PARTICIPAÇÃO NO FUNDO		
Município	Contribuição do município para o Fundo	Diferença entre contribuição e retorno
São Paulo	R\$ 260,6	+R\$ 116,9
Campinas	R\$ 30,3	-R\$ 10,2
Santos	R\$ 11,3	+R\$ 6,7
Ribeirão Preto	R\$ 12,7	-R\$ 1,01
Presidente Prudente	R\$ 4,7	-R\$ 4,7
São José do Rio Preto	R\$ 7,5	-R\$ 2,6
Lins	R\$ 1,6	-R\$ 1,6
Piracicaba	R\$ 9,4	-R\$ 9,4
Guarulhos	R\$ 40,0	-R\$ 40,0

Fonte: Levantamento do deputado Cesar Collegari com base no Censo do MEC, Balanço Geral dos Municípios, Orçamento do Estado de São Paulo, Secretaria do Tesouro e impostos diversos.

lo menos duas escolas, não terá como continuar a financiar o transporte escolar dos estudantes da rede estadual. O governo repassa R\$ 0,45 por quilômetro rodado e o custo do transporte, segundo a Secretaria de Educação, é de R\$ 0,80.

Lucro – As verbas que não são utilizadas pelos contribuintes municipais são absorvidas pelo Estado. Este ano, a previsão é de que o governo fique com R\$ 422,9 milhões. Rio Claro além de pagar o transporte para os estudantes da rede estadual ainda devolverá este ano ao Estado R\$ 5,9 milhões.

Entre os 410 municípios que possuem matrículas no ensino fundamental, apenas 106 recebem do fundão mais do que pagam. São Paulo, Santos, Guarujá, Itatiba, Itapevi, São Vicente, Lorena, Campos do Jordão, Carapicuíba, Jardimópolis, Paraguaçu Paulista, Pilar do Sul, Praia Grande e Cajamar

são os únicos que "lucram" no mínimo R\$ 1 milhão. O ganho individual dos outros não chega a R\$ 500 mil.

O Fumdef prejudicou os municípios que mantinham rede de ensino infantil (de 0 a 6 anos) e alfabetização de adultos. Rio Claro, por exemplo, mantém 28 pré-escolas, mas o recurso constitucional que fica fora do

Fumdef (10% dos 25% que a Constituição determina aplicar em educação) não é suficiente. "O que sobra mal dá para quitar a folha de pagamento", afirma Heloísa Maria do Carmo, diretora do Departamento de Educação do município. Segundo ela, antes da criação do fundo, um aluno recebia investimentos de aproximadamente R\$ 1,5 mil por ano. Agora, um estudante da Escola Municipal Agrícola recebe apenas R\$ 576,00 ao ano.

"O Fumdef atrapalhou os municípios que investem em educação infantil porque as regras do jogo foram mudadas de uma hora para outra", lamenta Heloísa. A mudança foi tão brusca que nem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conseguiu acompanhar. Logo após o Censo Escolar Rio Claro abriu nove classes para 290 alunos da 1.ª série do 1.º grau. Até hoje as crianças não figuram no sistema. "Fomos informados de

que a secretaria (de Estado da Educação) ainda não tem previsão para regularizar a situação", diz Heloísa.

Antes do início do fundo, a prefeitura, que mantinha rede de ensino fundamental, investia menos de R\$ 1,2 mil por aluno anualmente. Hoje, oficialmente, esse valor caiu para R\$ 710,64 por aluno por ano.

ESTUDO APONTA PREJUÍZOS DE MUNICÍPIOS

rado despesa para quem não municipalizou e dor de cabeça para quem expandiu, ou manteve, a rede fundamental. "A situação da educação em São Paulo exige gestão compartilhada entre Estado e município", diz o deputado Cesar Collegari, que mapeou a contribuição de todas as prefeituras paulistas ao Fumdef. O resultado do trabalho vem sendo discutido com administradores municipais. Collegari, que é sociólogo, vem trabalhando na área de educação desde o governo de Luiz Antônio Fleury Filho. Cubatão, por exemplo, é um dos 26 municípios que perdem R\$ 445

INVESTIMENTO POR ALUNO CAI EM RIO CLARO